



Crise, sujeito histórico e consciência de classe: uma abordagem meszariana

Crisis, historical subject and class consciousness: a Meszarian approach

Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA*

Resumo: O texto apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica de dimensão teórico-conceitual acerca da problemática da consciência de classe. Nas trilhas do materialismo histórico e da abordagem meszariana, atesta-se que a crise estrutural do sistema do capital apresenta como sintomas o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a destruição ambiental. Nesse ínterim, a reflexão aponta que mesmo operacionalizando suas demandas específicas, os movimentos sociais são capazes de se constituírem em classe quando adquirem, na luta, a percepção de sua força, em uma ação direcionada ao fortalecimento dos trabalhadores livremente associados. Conclui-se que a formação de sujeitos históricos depende não só da criação de uma ideologia emancipatória, mas também de uma série de mediações que avançam a consciência na medida em que manipulam a totalidade em busca de novas formas de sociabilidade.

Palavras-chave: Consciência de classe. Crise do capital. Sujeito Histórico. István Mészáros.

Abstract: The text presents the results of bibliographical research on the theoretical-conceptual dimensions around the issue of the class consciousness. In the footsteps of historical materialism and the Meszarian approach, it shows that the structural crisis of the capital system presents the symptoms of structural unemployment, precarious work and environmental destruction. Reflection points out that even when their specific demands are made operational, social movements are able to become class movements when they acquire, in their struggle, an understanding of their strength, in actions directed at strengthening freely associated workers. It concludes that the formation of historical subjects depends not only on the creation of an emancipatory ideology, but also on a series of mediations that advance consciousness, insofar as they manipulate the totality in search of new forms of sociability.


Keywords: Class consciousness. Capital crisis. Historical Subject. István Mészáros.

Submetido em: 22/5/2018. Aceito em: 5/9/2018.

Introdução

A temática da consciência de classe perpassa um largo debate no campo do marxismo, quase sempre ligado às definições sobre o sujeito da transformação, tendo como centralidade a noção de que a consciência é produto determinado do ser social. Em

* Jornalista. Doutor em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes, Vitória, Brasil). ORC ID: <0000-0003-0165-2927>. E-mail: <rafaelbellan@yahoo.com.br>.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Marx e Engels (2007) surge a compreensão de que a produção e reprodução da vida pelos indivíduos concretos em suas relações materiais delimitaria a compreensão subjetiva da realidade vivenciada. Ou seja, em linhas gerais, a dialética indivíduo/história expressaria os avanços e retrocessos da classe trabalhadora na compreensão e práxis em sua conjuntura objetiva, que demarcaria o cenário de suas possibilidades efetivas na elaboração de um projeto emancipatório viável. Coloca-se como fundamental no materialismo histórico a exigência realista em buscar o processo da consciência como uma unidade contraditória entre a subjetividade e a conjuntura social e econômica que a circunda.

Nesse texto, buscam-se evidenciar, com base no pensamento de István Mészáros (2002), as mediações concretas existentes entre o atual cenário de crise do capital, os sujeitos da transformação em uma proposta de transição possível e a urgência da criação de uma consciência de classe necessária em um movimento de massas autônomo. Com a ampla ofensiva do capital em todas as esferas da sociabilidade e na condução do metabolismo social direcionado a abastecer sua sede incontrolável de acumulação, a conjuntura global passa por um momento de indefinição que recoloca na ordem do dia a superação da barbárie social que se avoluma. A estratégia socialista da chamada *linha de menor resistência* focada em produzir organizações para tomar o Estado mostrou seus limites históricos no século XX. A teoria de transição de Mészáros passa, portanto, pela superação de estratégias passadas e orienta-se na elaboração de um novo metabolismo, orgânico, de reprodução social. Este novo modelo societário, só torna-se possível pelas mãos dos produtores livremente associados. A renovação do marxismo, que para muitos se inspira nas elaborações filosóficas de Gyorgy Lukács (2013), a nosso ver, coroa-se materialmente na leitura da práxis social emancipatória dada pelo seu mais dileto discípulo, Mészáros (2002).

Além de apresentar algumas das principais ideias do filósofo húngaro, falecido recentemente (em outubro de 2017), torna-se nosso objetivo mais caro o desenvolvimento de uma compreensão ontológica marxista (LUKÁCS, 2013) do problema da consciência, trazendo algumas contribuições para a construção de um sujeito coletivo capaz de se emancipar das mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2002). Mais do que uma homenagem ao filósofo húngaro, tomamos como inspiração meszariana o objetivo fundamental de sua obra: “[...] a apreensão da posição de alternativas concretas e de como se sustentam e desenvolvem” (LEO MAAR, 2011, p. 52).

O sistema sociometabólico do capital em crise

A crise do sistema como se assevera no atual contexto histórico apresenta como seus mais graves sintomas o desemprego estrutural, a precarização da força de trabalho e a catastrófica e intensa destruição ambiental. Longe dos otimistas diagnósticos apontados pelos defensores do *status quo*, casta cada vez mais aglomerada por uma plêiade de ex-comunistas notórios, o sistema de reprodução sociometabólico do capital - conceitualização desenhada por Mészáros (2002) - vive seus dias mais tumultuados, no momento em que uma crise estrutural coloca de vez o capital frente aos seus limites absolutos.

[...] durante a fase de ascensão histórica, o sistema sociometabólico do capital protelava a agudização desse problema, utilizando-se de sua estrutura hierárquica e sedimentada no desenvolvimento desigual, transferindo as contradições do centro

para a periferia. A lógica movida pelo impulso contínuo para a expansão e acumulação provocou as inúmeras crises cíclicas que o capital, para além da gravidade, da durabilidade e das consequências, soube tão bem contornar (PINASSI, 2009, p. 23).

O capital pode ser visto como um sistema de metabolismo social norteador pela acumulação e expansão incontornáveis. Embora o conceito de metabolismo tenha sido aproveitado por Marx de correntes da química e da biologia, em sua categorização dialética ela assume o significado de um complexo pelo qual um organismo extrai materiais do ambiente e os transforma em ingredientes de seu desenvolvimento. O sentido de troca metabólica entre o homem e a natureza define a especificidade da reprodução humana, pelo qual o trabalho é entendido como o processo em que os seres humanos mediam e controlam seu metabolismo com a natureza (CLARK; FOSTER, 2010). O potencial de alterar as condições naturais dadas e o domínio de sua reprodução humana permite ao gênero humano seus primeiros atos históricos. A troca de produtos entre indivíduos isolados cria relações sociais de produção específicas geradas no curso do metabolismo. Mézáros (2002) apresenta o capital como um sistema historicamente específico de reprodução do metabolismo social, cuja lógica totalizadora e avessa ao controle social, expande irracionalmente suas forças destrutivas pautadas no desperdício e na exploração da força de trabalho humana, norteadas pelos ditames cegos da acumulação.

A grande inovação do sistema do capital é que pode operar – não-dialeticamente – por meio da dominação esmagadora da quantidade: submetendo tudo, inclusive o trabalho humano vivo (inseparável das qualidades da necessidade e do uso humano), às determinações quantitativas abstratas, na forma do valor e do valor de troca. Assim, tudo se torna lucrativamente comensurável e administrável por um determinado período de tempo. Esse é o segredo do triunfo sócio-histórico – por um longo tempo irresistível – do capital (MÉSZÁROS, 2007, p. 251).

Mézáros (2002) traça uma importante distinção entre capital e capitalismo. O primeiro é anterior ao capitalismo e pode ser a ele posterior. A sociedade soviética não superou o capital, mas coordenou a extração política de mais-valia dos trabalhadores russos. As sociedades pós-capitalistas superaram, de certa forma, o desenho burguês de expropriação dos trabalhadores, contudo, a subsunção do trabalho ao capital permaneceu intacta. O filósofo húngaro apresenta uma definição sistêmica do capital como uma relação social fundada na exploração do trabalho, recuperando a radicalidade do conceito expresso por Marx (1999) em sua maior obra.

O capital não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos, como frequentemente se conceitualiza a sua natureza, mas um modo de reprodução sociometabólica multifacetada e onibrançante, que afeta profundamente todo e cada aspecto da vida, desde o diretamente material/econômico até as relações culturais mais mediadas. Por conseguinte, a mudança estrutural só é factível se o sistema do capital for desafiado em sua integridade como um modo de controle sociometabólico, e não pela introdução de ajustes parciais em sua conformação estrutural (MÉSZÁROS, 2007, p. 168).

Esse sistema de reprodução social tem seu núcleo composto pelo tripé, capital, Estado e trabalho, sendo essas dimensões constitutivas e materialmente inter-relacionadas. Sendo inseparáveis, é inconcebível, para Mézáros, a emancipação do trabalho sem eliminar o capital do controle dos processos produtivos. O Estado, como estrutura hierárquica de comando

desse sistema de reprodução sociometabólica precisa fenecer, para que uma ordem composta pelos produtores livremente associados seja possível. O Estado é hoje o principal gestor e fiador da exploração do trabalho e da acumulação do capital nas mãos da classe dominante. O sistema do capital está relacionado à divisão social que garantiu a subordinação hierárquica das forças de trabalho ao capital. Essa forma de intercâmbio submete os seres vivos aos seus imperativos de acumulação e corrói o mundo dos homens, alienando-os de si próprios, da natureza e do trabalho enquanto experiência elementar da gênese e do fazer-se do ser social. Nesse sentido, precisamos entender o capital como

[...] uma relação social fundada no trabalho social, no trabalho assalariado, cujo requisito histórico foi a completa separação – a quebra da unidade – do trabalho vivo e as condições objetivas de sua atividade produtiva. O capital encontra sua base de existência sobre a sujeição do trabalho vivo, ao mesmo tempo em que só pode apresentar-se como a contrapartida – como trabalho acumulado, objetivado e alienado –, do sujeito que trabalha (PANIAGO, 2001, p. 27).

Ao contrário do que pensam grande parte dos economistas burgueses, o capital não é um mecanismo dirigido racionalmente, mas sim uma forma incontrollável de controle sociometabólico. Esse sistema assume uma configuração tão totalitária, que sujeita aos seus ditames as questões da saúde, educação, produção de alimentos, a arte, as comunicações, dos microcosmos mais perceptíveis ao macrocosmo mais generalizante, dos relacionamentos pessoais aos mais complexos monopólios das empresas globais, essa maquinaria articula a nossa estrutura social, gerando desumanização e destruição em escalas imprevisíveis.

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

O capital é um mecanismo irrestrito de extração do trabalho excedente. Com base no roubo e na expropriação do tempo útil dos trabalhadores, essa forma orgânica de reprodução social só se mantém viável na consciência popular graças a formas bastante arrojadas de justificativas ideológicas. O sistema baseia-se na lógica irrestrita de acumulação de capital e as consequências destrutivas desse imperativo não são consideradas obstáculos a ele.

O sistema do capital se articula numa rede de contradições que só se consegue administrar medianamente, ainda assim durante curto intervalo, mas que não se consegue superar definitivamente. Na raiz de todas elas encontramos o antagonismo inconciliável entre capital e trabalho, assumindo sempre e necessariamente a forma de subordinação estrutural e hierárquica do trabalho ao capital, não importando o grau de elaboração e mistificação das tentativas de camuflá-la (MÉSZÁROS, 2007, p. 87).

A administração plena do sistema do capital é uma meta ingênua das classes dominantes e a confiança nessa possibilidade também serve de distorção ideológica. O horizonte temporal desse sistema é incondicionalmente pautado pelo curto prazo, motivado pelas pressões dos monopólios e formas competitivas de mercado norteadas pelo ganho imediato. É comum o ato de correção contingente das contradições do sistema, contudo, formas limitadas de ajustes

econômicos são sempre posteriores aos estragos realizados pelo maquinário capitalista, não dando conta nem da solução paliativa das vicissitudes do sistema, medida historicamente superada com o fim do Welfare State¹. A noção de planejamento passa ao largo do mercado global, mesmo as empresas transnacionais somente conseguem instituir alguma medida coordenada em seus empreendimentos particulares, sendo incapacitada de possibilitar um planejamento abrangente. As causas estruturalmente significativas das crises do capital são diagnosticadas e tratadas como efeitos do sistema, como se os graves problemas sociais e ambientais gerados pela acumulação desenfreável de capital pudessem ser corrigidas pela boa vontade somada a políticas de gestão superficial das contradições apontadas. A motivação para esse entendimento sobre o sistema passa por uma visão de que o capital está acima da história, colocando esse sistema desumanizador como único possível, eternizando uma forma de reprodução orgânica historicamente específica. As capacidades destrutivas desse sistema intensificam-se cada dia mais, fazendo com que o capital destrua as bases de sua própria existência, ou seja, o trabalho humano e a natureza. A miserabilidade a qual é jogada a humanidade cria uma dicotomia, em que os trabalhadores desempregados fazem parte do jogo de circulação de mercadorias fetichizadas.

Ironicamente, pois, o desenvolvimento do sistema produtivo de longe o mais dinâmico da história culmina com a geração de um número cada vez maior de seres humanos supérfluos a seu maquinário de *produção*, muito embora – verdadeiro para o caráter incorrigivelmente contraditório do sistema – nada supérfluos como *consumidores* (MÉSZÁROS, 2007, p. 146).

Com a crise estrutural do capital, apontada por Mézáros (2002), os limites absolutos do sistema são desafiados. Essa crise manifesta-se em quatro temas principais. Primeiro, ela possui caráter universal, não se restringindo a uma esfera particular, como algum setor específico de trabalho, por exemplo. Em segundo lugar, o alcance da crise estrutural é global, não se limita a um número limitado de países. Terceiro, ela, mais do que cíclica, atinge uma escala temporal permanente, irrecuperável. Por último, em quarto lugar, a crise possui um desenvolvimento sub-reptício, rastejante, ou seja, entra em contraste com as alterações do sistema vistas no passado, embora reserve para o futuro grandes convulsões, dada a constante destruição dos aparatos de controle das contradições do capitalismo. A crise inicia-se no pós-Guerra e intensifica-se a partir da década de 70. Para o filósofo húngaro essa crise estrutural é inseparável da ativação dos limites intransponíveis do capital, com as conseqüências mais destrutivas para o futuro. A política belicista dos EUA pode ser colocada como uma amostra do quão sombrio podem se tornar os dias vindouros. O aumento da competitividade e da concorrência intercapitalista só traz conseqüências nefastas à civilização, sendo que duas são particularmente graves:

[...] a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha, da qual o desemprego estrutural é o maior exemplo, e a degradação crescente, que destrói o meio ambiente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias para o processo de valorização do capital (ANTUNES, 1999, p. 231).

¹ No período do pós-guerra um pacto entre política keynesiana e modelo produtivo fordista possibilitou uma onda de crescimento econômico em alguns países, em especial do norte da Europa. A elevação das taxas de lucro e a melhora no padrão de vida dos trabalhadores não durou mais do que três décadas e foi limitada pela incontrolabilidade do metabolismo do capital, conforme descreve Mézáros (2002).

A crise estrutural afeta a totalidade do sistema, intervindo nos passos das partes constitutivas de um complexo social. Diferente das crises cíclicas, pautadas em algumas partes do sistema, essa crise explicitada por Mészáros (2002) coloca em risco o próprio complexo global envolvido. O deslocamento das contradições do capital só era possível em uma crise parcial, o que demandava mudanças conjunturais no funcionamento do sistema. Já uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos de um sistema em expansão, mas aos limites absolutos de uma estrutura global, como o sistema de reprodução sociometabólica do capital. Nas crises conjunturais, o capital lidava com as contradições de forma a “intensificá-las, transferí-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimí-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800). Por isso que o limite absoluto de ausência de esferas para o deslocamento dos graves problemas do modo de produção do capital aponta para explosões potenciais.

Antunes (1999) aponta alguns sinais que evidenciam essa crise estrutural do sistema. Primeiro, a queda da taxa de lucro, consequência, entre outros fatores, da ampliação do aumento do preço da força de trabalho. Isso diminui os níveis de produtividade do capital, freando a taxa de lucro. Há também um esgotamento do modelo de acumulação da produção fordista, que não consegue responder a retração do consumo, apontada principalmente pelo desemprego estrutural em ascensão. Com o inchaço da esfera financeira, que se desvincula diretamente dos capitais produtivos, cria-se um campo novo para a especulação em nível internacional, exatamente pelo fato do setor produtivo não conseguir proporcionar as taxas de lucro esperadas. As fusões das empresas em grandes monopólios concentram cada vez mais capitais, potencializando o abismo social entre as classes.

Outro sintoma evidente dessa crise em eclosão é a dificuldade fiscal do Estado capitalista em decorrência da decadência do Welfare State e seus mecanismos de funcionamento, motivando os gestores do Estado a retraírem os gastos públicos e direcionando-os para o capital privado. Privatizações em larga escala, flexibilização dos processos produtivos, precarização da força de trabalho e desregulamentações catastróficas apontam que o desenvolvimentismo amigável do bem-estar social escondia as contradições mais explosivas do sistema do capital como Marx (1999) já o percebia.

Embora a crise estrutural do capital tivesse determinações mais profundas, a resposta capitalista a essa crise procurou enfrentá-la tão somente na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, isto é reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Tratava-se, então, para as forças da ordem, de reestruturar o padrão produtivo estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, procurando, desse modo, repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se, como veremos, de novos e velhos mecanismos de acumulação (ANTUNES, 1999, p. 36).

O sistema passa a se rearticular no sentido de uma reestruturação produtiva que, em vez de questionar a ordem irracional e incontrolável do capital, busca recuperar a taxa de lucro do passado, penalizando e corroendo cada dia mais a força de trabalho. O sistema sociometabólico do capital e seu caráter destrutivo precariza e explora a humanidade, subempregando ou desempregando um imenso exército de trabalhadores, do campo e das cidades.

Sujeitos da transformação

Isabel Rauber (2004) explora os meandros dos caminhos da transformação e questiona o modelo de revolução pautado na instrumentalização de um sujeito político que arrogue para si a tarefa ampla de construção de um novo sistema orgânico de reprodução social. Para ela, esse sujeito só pode ser plural, ou seja, deve assumir a forma de um sujeito popular. O desafio seria eliminar o abismo atualmente existente entre classe e partido, superando a fratura entre classe e povo e recuperando a centralidade da luta socialista na direção dessa multiplicidade. A elaboração dessa nova sociedade deve romper a lógica de funcionamento do capital em todas as fases da transição, de forma permanente e autocrítica desde o início do processo.

Como fazer isso? Não existem fórmulas e sim lógicas de pensamento ação-construção que motivam a empreender a mudança desde agora, desde a raiz, e em todos os âmbitos da vida social, mediante a construção do poder desde baixo, construção que supõe – às vezes em primeiro lugar – um processo de autoconstituição dos atores – sujeitos, que no processo mesmo, no amadurecimento de sua consciência e do protagonismo organizado, irão definindo e delimitando o projeto alternativo à imagem e semelhança de suas aspirações, necessidades, desejos e sonhos (RAUBER, 2004, p. 249, tradução nossa).

Organização e participação completa, com aquisição progressiva dos processos de tomada de decisão, no processo transformador seriam a tônica desse movimento de massas, mapeado por Rauber (2004) como o sujeito histórico dos dias atuais. Na linha de uma classe plural e ampla, que se torna protagonista no instante em que nega a estrutura do capital, a pensadora abre o caminho para uma atuação ampla dos sujeitos da nova morfologia do trabalho, os que podem imputar para si, durante a luta, a tarefa de resistência ao capital e de articulação de um programa socialista capaz de instituir uma nova ordem social. Inspirada, assim como um de seus principais guias (Mészáros), em Rosa Luxemburgo, Rauber (2005) desenha o sujeito popular como aquele que adquire a consciência de suas amarras quando se movimenta. Os movimentos sociais, mesmo operacionalizando suas demandas em torno de causas específicas, são capazes de se constituírem em classe quando adquirem, na luta, a percepção do alcance amplo de sua força, quando direcionada a abraçar as causas de outros grupos, ampliando o escopo de suas particularidades em uma ação direcionada ao fortalecimento dos trabalhadores livremente associados.

A participação e a consciência dos povos não podem ser alcançadas instantaneamente, por decreto. Temos que construir o ator social coletivo – sua consciência, organização e propostas - e isto supõe processos justapostos e múltiplos de auto-constituição e auto-construção coletiva, para a (auto) constituição do ator coletivo capaz de pensar e realizar as transformações, a ação, o sucesso, a manifestação, o fenômeno político social, de que se trata em cada momento. E isto requer tempo. Não há sujeitos a priori (constituintes) dos acontecimentos sociais concretos nos momentos concretos. Existem sim, sujeitos potenciais que podem chegar a constituírem-se em sujeitos sobre a base de sua própria intervenção nos processos de resistência, luta e transformação do velho e construção do novo (RAUBER, 2005, p. 4, tradução nossa).

Também para Houtart (2007), com as mudanças no seio do capitalismo, dentre as quais, a tecnologia, a comunicação e a informática como base material da expansão global do sistema, o sujeito da necessária transformação se amplia. Todos os grupos humanos estão submetidos à lei do valor, o capital necessita de uma acumulação acelerada para responder às tecnologias

cada vez mais sofisticadas de intensificação da produção e, por que não, a destruição da própria força de trabalho; a isso se estende a opressão a grupos nativos, mulheres, setores informais, pequenos camponeses, todos dominados pela tirania do sistema financeiro, mas também do sistema jurídico e fiscal – já que os órgãos multilaterais continuam a desenhar as principais políticas públicas globais². Nesse sentido o

[...] novo sujeito histórico se estende ao conjunto dos grupos sociais submetidos, tanto aqueles que formam parte da submissão real (antigos movimentos sociais) como os que integrariam o grupo dos subsumidos formalmente (novos movimentos sociais). O novo sujeito histórico a ser construído será popular e plural, isto é, constituído por uma multiplicidade de atores (HOUTART, 2007, p. 423).

O aumento exponencial das favelas nas últimas décadas, incrustadas nas megalópoles mundiais, traz marcadores importantes para a luta social contemporânea, já que há fortes indícios de que em breve a população urbana será composta em sua maioria por indivíduos em situação de barbárie social e miserabilidade intensificada. Há o crescimento de uma massa à margem do Estado, uma população expurgada dos campos e das cidades, arremessadas, pelo desemprego estrutural, a formas precarizadas e flexibilizadas de trabalho. Uma população composta “[...] de trabalhadores marginalizados, funcionários públicos dispensáveis e ex-camponeses, não são simplesmente um excedente dispensável; estão incorporados na economia global de numerosas formas” (ŽIŽEK, 2005, p. 20). Essas pessoas devem ser consideradas em um real processo de transformação social, sendo potencialmente sujeitos sociais. Afinal, mesmo esse contingente populacional sobrevivendo com base no consumo de bens supérfluos, eles integram ativamente e de forma contraditória a cadeia do sistema que os corrói.

Houtart (2007) enumera duas condições fundamentais para a ação dos movimentos sociais potencializarem esse novo sujeito histórico: primeiro, a capacidade de uma autocrítica permanente, institucionalizando os avanços e mudanças e assegurando a constante reflexão sobre os objetivos, até para que os instrumentos da luta não se tornem fim; e segundo, captar os desafios do modelo de reprodução do capital, global e específico em torno de cada movimento, levando sempre em conta que todos são vítimas da sistemática incontrolável e irracional do sistema do capital e do modelo político neoliberal.

Mészáros (2004) aponta que essa *multifacetada força emancipadora social* deve evitar formas hierárquicas em suas operações. Isso pode ter sido necessário em situações defensivas, contudo, reproduzir o modo de atuação do adversário (capital) impede o movimento socialista de avançar nas fundações de uma ordem metabólica humanizadora.

[...] o que apareceu claramente na agenda histórica é a necessidade e o potencial positivo de combinação de grupos de protestos multifacetados, inclusive os elementos radicais da esquerda tradicional e os milhões de desprezados do campesinato, em uma força emancipadora capaz de lutar conscientemente pela alternativa desejada (MÉSZÁROS, 2004, p. 51).

O filósofo húngaro tem esse entendimento norteador pela compreensão de que o capital não pode ser derrubado somente pela negação revolucionária dada em uma insurreição, mas ele

² O caso brasileiro da educação é um forte exemplo disso.

precisa ser “[...] progressivamente deslocado (e por fim substituído completamente) pela trabalhosa constituição positiva de um novo metabolismo social, com seus pressupostos objetivos e princípios orientadores qualitativamente diferentes” (MÉSZÁROS, 2004, p. 485). Os explorados do campo, por exemplo, compõem a massa depauperada potencialmente revolucionária, são eles os agentes que podem garantir a alimentação soberana, mesmo que isoladamente possam articular apenas frações de uma luta inevitavelmente central, ou seja, a organização das forças do mundo do trabalho rumo à instituição do novo metabolismo social, a internacionalização, bem como a absorção de demandas que transcendem o cotidiano de suas lutas imediatas, colocam esse grupo como sujeito histórico da luta pelo futuro. Dantas (2011) faz uma importante análise do entendimento que Mézáros tem do sujeito da transformação, expressa na leitura de Marx exposta pelo filósofo húngaro.

A lição histórica que podemos apreender de forma retrospectiva é muito clara: no desenvolvimento politicamente estratégico e imprescindível do poder socialmente automediado dos ‘produtores livremente associados’ como processo histórico irreversível – o único capaz de suprimir pela raiz as condições objetivas e subjetivas da sociabilidade antagônica e alienada do capital – reside o conteúdo universal do que Marx pensou como o sujeito histórico, o princípio motor, o instrumento político, o fim estratégico e o resultado concreto do processo histórico de transição do sistema global do capital a uma sociedade comunista (DANTAS, 2011, p. 133).

Trabalhadores dos campos e das cidades, explorados e expropriados dos processos decisórios concretos se construiriam enquanto sujeitos históricos no próprio movimento disruptivo de estilhaçamento da ordem do capital, se fazendo ativos na proporção em que mobilizam materialmente transformações na raiz das contradições reais responsáveis por moldar seus estranhamentos subjetivos.

Consciência de classe

A mudança nos indivíduos promovida pela práxis coletiva organizada faz parte da construção de uma estratégia de transição, pois é com os avanços dos movimentos sociais que a compreensão da necessidade de tomar a guia da história surge. A práxis, como ação teórico-prática capaz de mudar o indivíduo e seu entorno, criando um movimento histórico novo, transforma o comportamento dos sujeitos, o que faz da luta organizada um potencial espaço para aflorar a consciência de classe necessária ao enfrentamento do capital. Nesse sentido, o resgate do pertencimento de classe (ANTUNES, 2011) é um dos principais desafios dos movimentos sociais e condição indispensável à formação de uma organização com pretensões revolucionárias. Isso porque há uma inegável dificuldade de romper com a subjetividade estranhada em tempos de barbárie social.

A práxis de luta trata-se de um espaço de formação educativa³, cuja ideologia emancipatória, quando claramente assumida, busca arrebatrar militantes e gerar, em um processo dialético, novas mentalidades capazes de colocar seus projetos de enfrentamento de classe na ordem do dia. Analisando o pensamento de István Mézáros, Wolfgang Leo Maar aponta que a solução concreta para a questão do desenvolvimento da consciência de classe “[...] estaria no plano da

³ Educação entendida aqui nos moldes de Mézáros (2007) “[...] não como um período estritamente limitado da vida dos indivíduos, mas como desenvolvimento contínuo da consciência socialista na sociedade como um todo” (MÉSZÁROS, 2007, p. 293).

organização política, justamente efetivada por mediação dos indivíduos como agentes históricos” (LEO MAAR, 2011, p. 45). Isso demonstra que a organização, não necessariamente um partido político, é elemento indispensável para a elevação da consciência contingente a formas mais elevadas de compreensão da necessidade da ação da classe trabalhadora.

O desenvolvimento da consciência de classe é um processo dialético: é uma ‘inevitabilidade histórica’ precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana consciente. Isso requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições sócio-históricas específicas que predominam em uma época particular, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

Contudo, a organização não gera automaticamente uma compreensão mais universal da necessidade de combate ao capital.

A ‘ação de grupo’, em si mesma, não é de forma alguma, uma garantia da consciência de classe adequada. Tudo depende da natureza real dos objetivos envolvidos, isto é, se as conquistas da ação de grupo podem ser integradas com sucesso ou não. A ação de grupo, desprovida de objetivos estrategicamente significativos, pode apenas fortalecer a ‘consciência de grupo’ – ou consciência tradeunionista – apoiada nos interesses parciais de um grupo limitado de trabalhadores (MÉSZÁROS, 2008, p. 71).

Mesmo uma organização política crítica, comprometida com mudanças importantes e avanços na melhoria de vida dos trabalhadores, pode, caso mantenha seus interesses parciais como objetivo final de suas ações, manter os militantes na esfera da consciência de classe contingente, algo ocorre quando a organização se rende à passividade reformista. A práxis de luta do movimento socialista e seu papel enquanto agente formador deve permanecer ativo, caso se queira colocar a organização em função da transição rumo uma sociedade antagônica a do capital. Um sistema orgânico de reprodução social precisa ser instituído, ao mesmo tempo em que outro sucumbe. É nessa dinâmica que pode ocorrer a superação do senso comum da consciência de classe contingente e o amadurecimento de um sujeito social capaz de elaborar, desenvolver e fundar uma sociedade dos trabalhadores livremente associados.

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à ‘racionalização’ capitalista) (MÉSZÁROS, 2008, p. 89).

Para Mézáros (2008) a consciência de classe contingente torna-se necessária exatamente quando transporta a mentalidade dos trabalhadores no sentido de compreender a posição que

ocupam para além da imediatividade caótica da pseudo-concreticidade⁴. Ao mesmo tempo em que dissipa aspectos da sociedade fetichizada, essa consciência, motivadora da práxis, pode elevar a classe de *em si* em uma posição *para si*. A consciência da classe proletária seria então “[...] a consciência do trabalhador de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72), algo que entraria em oposição com as contingências de grupos que entendem “[...] somente uma parte mais ou menos limitada da confrontação global” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72). O filósofo húngaro explica porque apenas a classe trabalhadora pode alcançar este estágio:

[...] a burguesia não pode se transformar de classe em si em classe em si e para si, uma vez que seu modo de existência como classe em si privilegiada pressupõe necessariamente a preservação da subordinação estrutural do proletariado à burguesia, dentro da ordem social vigente. Da mesma forma, o proletariado é uma classe em si e para si apenas na medida em que é objetivamente capaz de estabelecer uma alternativa histórica viável à sua própria subordinação estrutural, bem como à necessidade de subordinar qualquer classe a qualquer outra (MÉSZÁROS, 2008, p. 79).

Isso resgata a argumentação de Marx (2001) de que os trabalhadores teriam que se auto-eliminar enquanto classe para extinguir o sistema sociometabólico do capital. Ora, sendo a classe que sustenta a burguesia, não há como combatê-la sem superar o sistema exploratório cimentado na expropriação realizada pela burguesia. Com a ascensão da sociedade dos trabalhadores livremente associados, não haveria mais a propriedade privada e sua congênere, a divisão do trabalho e, assim, não haveria espaço para as classes antagônicas, permanecendo somente seres humano-genéricos autossuficientes. A constituição da classe para si apenas torna-se possível, desta feita, em uma sociedade sem burguesia.

Conclusões

A intervenção crítica na realidade social faz parte da intrincada rede de mediações entre instantes objetivos e subjetivos de uma práxis revolucionária, motivada por uma consciência capaz de idealmente compreender as nuances e dificuldades da instituição de transformações substantivas. Essa compreensão atesta que nenhuma circunstância meramente ideológica é capaz de garantir o cumprimento da missão histórica dos trabalhadores, pois eles são delimitados por “[...] uma determinação estrutural objetiva que, compreensivelmente, exerce seu impacto também na consciência das pessoas envolvidas” (MÉSZÁROS, 2004, p. 505).

Ou seja, o problema do sucesso ou não de um empreendimento revolucionário não depende simplesmente da resolução de uma crise ideológica, pois as restrições objetivas a um amadurecimento da consciência e a dedicação a tarefa de derrubada da ordem possui restrições matérias bastante concretas.

Assim, a conscientização esperada, fundamental aos processos transformadores depende, não só da rica tarefa de criação de uma ideologia emancipatória, mas em uma série de mediações subjetivas/objetivas que avançam a consciência na medida em que conseguem manipular a própria totalidade no rumo de elaboração permanente de novas formas de sociabilidade. Ao mesmo tempo em que nega a estrutura capitalista de produção, a consciência de classe precisa

⁴ A realidade, à primeira vista caótica, imediata, é entranhada na subjetividade dos homens como se fosse o próprio real (KOSIK, 2002).

afirmar um novo sistema sociometabólico, capaz de instituir, de fato, a classe para si. A posição radical e lúcida de Mészáros (2008) não deixa espaço para dúvidas sobre esse tema.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. *In*: JINKINS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy. A dialética do metabolismo socioecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. **Margem Esquerda**, São Paulo: Boitempo, n. 14, 2010.

DANTAS, Rodrigo de Souza. Mészáros e as condições estratégicas de uma teoria socialista. *In*: JINKINS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. *In*: BORON, Atilio; AMADEO, Javier e GONZÁLEZ, Sabrina. **A Teoria Marxista Hoje**: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEO MAAR, Wolfgang. A compreensão da práxis. *In*: JINKINS, Ivana; NOBILE, Rodrigo. **Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**. vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PANIAGO, Maria Critina. **A incontornabilidade ontológica do capital**. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

RAUBER, Isabel. Caminos de la Transformación: pensarlos y construirlos desde abajo. *In*: LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução? Para além do capitalismo neoliberal: concepções, atores e estratégias**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

RAUBER, Isabel. Reflexiones en torno a las alternativas a la barbarie imperialista. Socialismo en el siglo XXI?. **Archivo Chile**, Centro de Estudios Miguel Enriquez (Ceme), 2005.

ŽIŽEK, Slavoj (org.). **Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2005.

Rafael Bellan Rodrigues de SOUZA

Professor adjunto do curso de Comunicação Social/Jornalismo e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Com pós-doutorado pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (USP), possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), mestrado em Comunicação Midiática pela Unesp (2006) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo também pela Unesp (2003). É também pesquisador do Observatório da Mídia (Ufes), do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (Ufes) e do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (ECA-USP). Tem experiência nas áreas de Comunicação, Jornalismo e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, trabalho, comunicação alternativa, ideologia, teoria e ética do jornalismo, produção de sentido, marxismo e movimentos sociais.
